SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **19**

Capítulo 1 – A PESSOA JURÍDICA **23**

1.1 Considerações gerais 23

1.2 Natureza jurídica 26

1.3 Classificação das pessoas jurídicas no Direito brasileiro 29

1.4 Existência legal das pessoas jurídicas e outras considerações 33

Capítulo 2 – RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA **37**

2.1 Aspectos introdutórios 37

2.2 Argumentos contrários à responsabilidade penal da pessoa jurídica (segundo a doutrina nacional e estrangeira) e considerações gerais acerca da teoria do delito 41

2.2.1 O debate em torno da conduta 46

2.2.2 O problema do dolo e da culpa 48

2.2.3 A culpabilidade 50

2.2.4 A questão do princípio da personalidade das penas 54

2.2.5 A polêmica acerca da pena privativa de liberdade 56

2.3 Argumentos favoráveis à responsabilidade penal da pessoa jurídica (segundo a doutrina nacional e estrangeira) 57

Capítulo 3 – HISTÓRICO E DIREITO COMPARADO **67**

3.1 Esboço histórico da responsabilidade penal da pessoa jurídica 67

3.1.1 Direito Romano 68

3.1.2 Os glosadores 68

3.1.3 Direito Canônico 69

3.1.4 Os pós-glosadores 71

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2 Uma concisa explanação sobre a responsabilidade criminal da pessoa jurídica no cenário jurídico internacional 72

Capítulo 4 – RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO 77

4.1 Interpretação constitucional 77

4.2 Discussão no âmbito da doutrina e a eficácia da norma constitucional prevista no art. 225, § 3º, da Constituição Federal de 1988 81

4.3 Discussão no âmbito da jurisprudência brasileira 86

4.4 A Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional e responsabilidade penal da pessoa jurídica 93

Capítulo 5 – RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA SOB O CONTEXTO DA LEI 9.605/98 97

5.1 A responsabilidade penal da pessoa jurídica à luz da Lei 9.605/98 97

5.2 Requisitos para sancionar penalmente a pessoa jurídica 100

5.2.1 Comprovação da conduta humana e a posição da doutrina e jurisprudência brasileira 101

5.2.2 Conduta em proveito ou benefício da pessoa jurídica 115

5.3 Das penas aplicáveis às pessoas jurídicas 116

5.3.1 Da pena de multa 119

5.3.2 Das penas restritivas de direitos 120

5.3.3 Da prestação de serviços à comunidade 122

5.3.4 Da liquidação forçada da pessoa jurídica 123

5.3.5 Dos institutos previstos na Lei do Juizado Especial Criminal .. 124

CONSIDERAÇÕES FINAIS 127

REFERÊNCIAS 131

ANEXOS 139

ÍNDICE ALFABÉTICO 171

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br